

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/04/2014 a 30/04/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Como fica a educação na zona rural? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 04/04/2014.....	3
Trecho da BR-153 vai a leilão em maio. Lu Aiko Otta – O Estado de São Paulo, Economia. 04/04/2014.....	4
Nova lei dos portos faz empresas acelerarem interesse por terminais. Pedro Soares – Folha de São Paulo, Mercado. 05/04/2014.....	6
Lula quer discutir nova política industrial. Marina Dias – Folha de São Paulo, Poder. 13/04/2014.....	7
Salto de qualidade. Delfim Neto – Site da Carta Capital, Economia. 14/04/2014.....	8
Stédile: "o neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite" Léa Maria Aarão Reis – Site da Carta Maior, Política. 16/04/2014	10
Irregularidades e violações de direitos humanos cometidas pela Vale são denunciadas pela Articulação dos Atingidos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/04/2014.....	17
Trabalhador rural sob risco. Antonio José de Barros Levenhagen – O Globo, Opinião. 27/04/2014.....	19
MPF oferece seis denúncias por trabalho escravo em fazendas do noroeste de Minas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/04/2014	21
CONTAG discute Habitação Rural com o ministro Gilberto Carvalho – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/04/2014 ...	23

Como fica a educação na zona rural? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 04/04/2014

A escola deveria ser um bem essencial para os brasileiros que continuam vivendo no campo

Que não se imagine todos que habitam zonas rurais praticando atividades agropecuárias. O forte êxodo para as áreas urbanas não foi apenas físico, mas também por desejos e aptidões funcionais. Primeiro, o corpo; depois, o pensamento.

Tanto o trabalho caseiro de mulheres em costura, tricô, artesanato e no agronegócio fabricando queijos e geleias, ou em chácaras, sítios e condomínios prestando serviços domésticos, como de jovens descendentes de agricultores, que abrem pequenas oficinas de motos, modernos cavalos e mulas de neossertanejos, mostram que morar em zona rural cada vez menos significa plantar na terra ou roçar o pasto.

Entre 1970 e 2006, ano base para os dados do último Censo Agropecuário, o número de pessoas que se declararam ocupadas em atividades agropecuárias recuou 7%. Nas regiões Sul e Sudeste, a queda foi mais grossa e atingiu 25%, num período em que a população brasileira quase dobrou.

Trata-se de movimento estrutural, que não pode ser jogado inteiramente nas costas de Estado, iniciativa privada, feudos e feitores. A tecnologia traz a competitividade e esta faz o comércio.

No entanto, para alcançar o atual estágio da agropecuária, não teria sido necessário excluir com tanta força (muitas vezes física) homens e mulheres do campo, os camponeses, na acepção da Confederação Nacional da Agropecuária do Brasil (CNA), termo comunista, mas de precisão incontestável para mim.

Rumemos para outro censo, o demográfico, do mesmo IBGE. Em 2010, residiam em áreas rurais cerca de 30 milhões de pessoas, 16% da população.

Dos 5.565 municípios apontados para recenseamento, 70% deles não passavam de 20 mil moradores. Entre eles, 2.200 pequeninhos mesmo, pois com menos de 8.000 residentes. Somente a partir daí, os aglomerados ganham perfis explicitamente urbanos.

Vale dizer, por mais técnica que possa ser a definição do IBGE, grande parte da mescla urbano-rural navega em área cinzenta.

É fácil entender que os municípios com menor número de residentes estão em regiões menos desenvolvidas, onde os deslocamentos para o meio urbano, à procura de trabalho nos setores de serviços e industrial, são menos intensos e possíveis. Prova disso é que metade dos residentes em áreas rurais está na região Nordeste.

Lá permanecendo, essa população, se não ocupada por modelo excelente de agricultura familiar, a ser repassado para assentamentos e comunidades indígenas e quilombolas,

viverá dos “bicos” citados no início do texto ou, pior, justificará os estigmas preconceituosos que recebem.

Peguemos, agora, o caderno de caligrafia e o estojo com materiais escolares e visitemos o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao ministério da Educação.

Tomando por base os ensinos infantil, fundamental e médio, em 2013, perto de 40 milhões de crianças e jovens se matricularam em escolas públicas municipais e estaduais, sendo 34 milhões (86%) em áreas urbanas e 5,7 milhões (14%) em zonas rurais.

Pois bem, segundo dados do INEP, em uma década, mais de 30 mil escolas rurais foram fechadas no Brasil, em decisões que seguiram critérios puramente administrativos, sobretudo, baseados em relações de custo-benefício.

Claro está que no campo muita coisa é mais difícil e custosa. Acesso, transporte, chuva, cobra, carrapicho, instalações precárias, professores indisponíveis ou que cabulam as aulas. Similares na educação ao alegado por médicos na saúde.

O próprio MEC reconhece que em 90% das escolas falta internet, em 15% energia, 10% água potável e 14% esgoto. Há que se entender que o custo do ensino em escolas rurais será necessariamente mais alto do que nos aglomerados urbanos melhor infraestruturados.

Poder-se-ia pensar: se é pra ser assim melhor não ter. Bobagem. Melhor esperar gritando do que interromper o processo educacional.

No quadro aqui exposto, escola é um bem essencial. Ou pelo menos deveria ser.

Sabiam disso o baiano Anísio Teixeira (1900-1971), que dá nome ao INEP, e achava fundamental preparar professores; e o pernambucano Paulo Freire (1921-1997), que via a aprendizagem em constante interação dialética com a realidade.

Fechar escolas rurais, então tá.

Como não lamentar a persistência de tais lacunas básicas trocadas pelo prazer de preencher meu álbum de figurinhas numa Copa realizada no país onde nasci?

Só que “agora é cinza tudo acabado e nada mais” (Marçal e Bide, 1933)

Trecho da BR-153 vai a leilão em maio. Lu Aiko Otta – O Estado de São Paulo, Economia. 04/04/2014

Governo retoma as licitações de rodovia com a concessão de parte da Belém-Brasília, que teve projeto revisto para atrair investidores

BRASÍLIA - Após ajustes, o governo vai leiloar, em 23 de maio, a concessão da BR-153, também conhecida como Belém-Brasília, no trecho que vai de Anápolis (GO) até Aliança do Tocantins (TO), nas proximidades de Gurupi. Para tornar o negócio atraente, o governo reduziu a extensão a ser concedida em 189 km. Isso teve como consequência uma queda da ordem de 35% nos investimentos a serem feitos pelo concessionário, que tem obrigação de duplicar a rodovia num prazo de cinco anos.

As regras do leilão foram divulgadas ontem pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A tarifa máxima foi fixada em R\$ 9,22 para cada 100 km e estão previstas nove praças de pedágio.

Desde o ano passado, o governo vem preparando os leilões para conseguir o maior número possível de participantes e, assim, obter um bom deságio. Nas ofertas realizadas no ano passado, os descontos sobre a tarifa máxima ultrapassaram os 50%.

Os investimentos previstos para duplicar todo o trecho, de 624,8 km, estão estimados em R\$ 4,31 bilhões. Originalmente, quando a intenção era conceder um trecho mais longo, 814 km ligando Anápolis a Palmas (TO), a previsão de investimentos era da ordem de R\$ 6,5 bilhões. A tarifa-teto, porém, não era muito diferente: R\$ 9,85 para cada 100 km.

Trechos. Da composição original do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado em agosto de 2012, falta o governo decidir o destino de três trechos rodoviários: BR-101, na Bahia, BR-116, em Minas Gerais, e a "micada" BR-262, em Minas Gerais e Espírito Santo. As três foram consideradas pouco rentáveis e por isso não despertaram o interesse das concessionárias. O governo avalia hipóteses como fazer Parceria Público-Privada (PPP) ou duplicar essas vias com recursos públicos.

Enquanto decide o que fazer com essas estradas, o governo colocou em preparação novas concessões, como a da ponte Rio-Niterói e a da BR-163 no trecho que vai de Sinop (MT) até o porto fluvial de Miritituba (PA). São, no total, cinco novos trechos, cujos estudos estão em fase de elaboração.

A rodovia mato-grossense, que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) tenta pavimentar há anos, é um importante canal de escoamento da produção de grãos do Centro-oeste. O porto tem atraído as tradings, pois de lá é possível transportar soja, milho e farelos por barcaças até os portos do Arco Norte, no Pará, num trajeto de 1.000 km.

O plano logístico para aquela região, porém, poderá ser revisto, porque as grandes do agronegócio preferem uma ferrovia no local. Conforme informou o Estado no último dia 23, um consórcio formado por Bunge, Cargill, Maggi, Dreyfus e Estação de Luz Participações (EDLP) apresentou ao ministro dos Transportes, César Borges, um plano para construir três ferrovias em Mato Grosso. Elas se declararam comprometidas em fazer o investimento.

O principal ramal do plano, batizado de Pirarara, segue o mesmo trajeto da BR-163: Sinop a Miritituba. Batizada de Ferrovia do Grão ou Ferrogrão, ela responderia pelo transporte de quase metade da produção do Mato Grosso.

Borges avalia que uma coisa não elimina a outra. Porém, os técnicos analisam como acomodar a proposta do agronegócio num plano que já estava em andamento. É por essa razão que o primeiro edital de concessão ferroviária, ligando Lucas do Rio Verde (MT) a Campinorte (GO) ainda não foi divulgado. O plano apresentado pelas empresas propõe que esse trecho seja encurtado.

Portos. O governo Dilma Rousseff resistiu à maior participação do setor privado na área de logística e infraestrutura até agosto de 2012, quando apresentou um Plano de Investimentos em Logística, prevendo concessões de aeroportos, ferrovias e rodovias. Mais adiante, incluiu a previsão de também repassar a empresários terminais portuários, o que exigiu longa negociação com o Congresso Nacional para modificação do marco regulatório.

Quase dois anos depois, os planos para as concessões de portos e ferrovias ainda não saíram totalmente do papel. Além das negociações tardias com o setor privado, que podem acabar resultando em mudanças no traçado da principal estrada de ferro do programa, o governo enfrenta a resistência e questionamentos do Tribunal de Contas da União sobre os editais de portos.

Nova lei dos portos faz empresas acelerarem interesse por terminais. Pedro Soares – Folha de São Paulo, Mercado. 05/04/2014

Enquanto está parado o processo de concessão dos portos públicos, tem crescido o interesse da iniciativa privada em terminais próprios, como alternativa mais barata para escoar mercadorias.

Estão sob análise na Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) pelo menos 20 pedidos de novos terminais, a serem construídos do zero.

Esse interesse ocorre após a nova lei dos portos, de 2013, que facilitou os investimentos e permitiu a movimentação de cargas de terceiros nos chamados TUPs (Terminais de Uso Privativo).

Até a nova lei, abrir terminais próprios somente era vantajoso para empresas de grande porte e que movimentavam elevados volumes (Vale, CSN, Petrobras e gigantes do agronegócio).

É que havia uma restrição que limitava os investimentos: as companhias só podiam transitar com carga própria, sem abrir espaço a terceiros em seus terminais.

Apesar do alto custo de construir um terminal novo, analistas afirmam que as despesas de operação tendem a ser menores.

Isso ocorre, segundo especialistas, porque os empreendimentos não estão sujeitos à contratação de mão de obra do Ogmo (Órgão Gestor de Mão de Obra, obrigatório no porto público) nem ao pagamento de valores referentes à concessão (arrendamento e tarifas de movimentação dos portos públicos).

De acordo com Rodrigo Paiva, diretor da consultoria Mind Estudos e Projetos, a nova lei cria a figura do investidor privado em infraestrutura portuária e permite a maior participação de estrangeiros graças ao fim da restrição às cargas de terceiros.

"Antes, o terminal era apenas um elo da cadeia de uma empresa. Agora, passa a ser um negócio em si", disse.

Além disso, afirma, os novos terminais abrem caminho para a movimentação de contêineres (cargas de maior valor) em áreas privativas, o que quase inexistia atualmente.

Entre os pedidos de autorização encaminhados à Antaq, estão os de companhias de setores tradicionais como agronegócio (Bunge) e petróleo (Exxon e HRT), mas a maior parte é formada por firmas que constituíram empresas para investir na construção de terminais privativos.

Os Estados que lideram os pleitos para a instalação de novos terminais são Rio Pará, ambos com cinco projetos em análise. Em seguida, aparece o Espírito Santo (três).

Amazonas e Rio Grande do Sul têm dois pedidos cada um. Também há projetos em estudo na Antaq de São Paulo, Bahia e Rondônia -um em cada Estado.

PORTO PÚBLICOS

A concessão de áreas em portos de Santos e do Pará, as primeiras da fila, estava prevista para dezembro, mas se encontra paralisada por causa de decisão do TCU (Tribunal de Contas da União).

Não há data para o processo ser retomado, embora agentes do setor considerem que somente no ano que vem deverá ocorrer o primeiro leilão.

Lula quer discutir nova política industrial. Marina Dias – Folha de São Paulo, Poder. 13/04/2014

Depois de admitir que a economia brasileira "poderia estar melhor", o ex-presidente Lula fez um discurso otimista anteontem e disse a um grupo de empresários que é preciso discutir um "novo modelo de política industrial", porque o país "não pode ser o primeiro em tudo".

A interpretação de dirigentes do PT foi a de que o tom mais esperançoso se deu depois da conversa que o ex-presidente teve a sós com a presidente Dilma Rousseff na semana

passada. Os dois traçaram uma estratégia conjunta de ação política para tentar melhorar o ânimo dos empresários e, conseqüentemente, da economia.

Durante almoço com empresários do agronegócio e do setor de serviços da região de Araçatuba (SP), o petista saiu em defesa de Dilma, que tem sido bastante criticada pelo setor privado, e disse que é preciso "agradecer a Deus" pelo caráter e seriedade da sucessora.

"Quando quiserem criticar a Dilma, olhem os dirigentes políticos do mundo inteiro e a agradeçam a Deus por esse país ter uma mulher com o caráter e a seriedade dela. Falam que Dilma é muito dura, mas ela não é diferente de nenhuma de vocês."

De acordo com Lula, o governo federal precisa chamar empresários e sindicalistas para eleger áreas produtivas em que o país quer ser "imbatível e competitivo". O ex-presidente também citou o agronegócio, a indústria de alimentos e o etanol como setores em que o Brasil é mais competitivo.

Lula disse ainda que, na semana passada, convidou representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) para participar junto com ele de uma reunião com o Ministério da Ciência e Tecnologia e discutir exatamente a necessidade de criar essa nova política industrial para o país.

"O movimento sindical tem dificuldade de fazer suas lutas em um governo que tem pleno emprego, então chamei o movimento sindical para discutir um novo modelo de política industrial, já que estão dizendo que a indústria brasileira está quebrando porque não está tendo condições de competir.

EVOLUÇÃO

O ex-presidente destacou ainda que o Brasil "mudou de patamar" durante a gestão do PT no governo federal. "Enquanto a Europa teve 62 milhões de trabalhadores que perderam o emprego, neste país, que as pessoas falam que não está bem, nós criamos 11 milhões de empregos. Neste país, que as pessoas falam que não está bem, triplicamos o número de carros licenciados e aumentamos o salário mínimo".

No almoço com os empresários, Lula disse ainda que foi eleito para provar que tem "mais competência que a elite brasileira" e que sofreu muito preconceito durante as campanhas eleitorais.

Salto de qualidade. Delfim Neto – Site da Carta Capital, Economia. 14/04/2014

A extensão das concessões de rodovias para portos, energia e ferrovias gerará um aumento dramático da produtividade

A contribuição mais importante para melhorar a qualidade da gestão pública no Brasil nesses últimos 12 meses foi o sucesso dos leilões de concessão à iniciativa privada para

construção e modernização de rodovias no interior do País, dando sequência à segunda etapa do Programa de Investimentos em logística – PIL, do governo federal. Ao todo, foram licitados trechos rodoviários somando 4,2 mil quilômetros, cujas pavimentação e/ou duplicação demandarão investimentos da ordem de 28 bilhões de reais, onde as faixas duplicadas devem ser concluídas nos primeiros cinco dos 30 anos de duração dos contratos.

As concessões arrematadas no último trimestre de 2013 incluem, em sua maioria, rodovias-tronco nas regiões de grande produção agrícola e da pecuária nos estados do Centro-Oeste que fazem a ligação com os portos do Sudeste, como as BRs 040, 050 e 060 em Goiás e Minas Gerais, e a BR-163, desde Sinop, no norte de Mato Grosso, a Itiquira, próximo à divisa de Mato Grosso, do Sul com São Paulo. São rotas de alto valor adicionado, com peso expressivo na economia, por onde passa o transporte de grãos da região que ostenta hoje os melhores índices de produtividade da soja, em nível mundial. O problema para o agricultor é que esse ganho de produtividade se perde durante o transporte.

Por causa do atual estado da malha rodoviária, transportar uma tonelada de soja de Mato Grosso ao Porto de Paranaguá custa o equivalente a 400 quilos do grão. Realizados os investimentos na infraestrutura, o custo cairá provavelmente para 200 quilos. O governo federal projeta entregar à administração privada quatro novos trechos com 2,6 mil quilômetros de rodovias, realizando leilões de concessão ainda no segundo semestre. Uma dessas licitações contempla o trecho da BR-163, desde Sinop, em direção ao Norte, para alcançar o Rio Tapajós na altura de Itaituba, de onde o transporte dos grãos seguirá por aquavia para exportação pelo Rio Amazonas.

De acordo com informação do jornal Valor Econômico em março, no suplemento especial sobre Logística (texto de Roberto Rockmann, à página 62), a previsão dos investimentos nas concessões rodoviárias da terceira etapa do PIL é de 17,8 bilhões de reais. Pelo novo formato que visa desburocratizar o processo dos leilões, a partir de propostas de manifestação de interesse, 21 empresas já se apresentaram para participar dos estudos sobre aquele trecho de 976 quilômetros da rodovia 163.

Num discurso recente, a presidenta Dilma Rousseff referiu-se ao resultado das licitações para as concessões na infraestrutura e afirmou que esse processo é fundamental para ajudar o Brasil a dar um salto de qualidade na gestão. O que a presidenta disse é absolutamente correto: o Brasil tem grande deficiência na qualidade da gestão, e uma das formas de melhorar isso é ampliando as concessões de infraestrutura. O governo entendeu que não poderia fixar todos os parâmetros das concessões e por isso devia estabelecer um e deixar que o mercado definisse outros, o que acabou acontecendo. Com o sucesso nas concessões das rodovias, ele se preparou para fazer a grande mudança: vêm aí as concessões nos portos, na energia, no sistema de transporte ferroviário, e é isso que vai fazer a diferença e permitir devolver ao Brasil as condições de acelerar o crescimento.

Apesar de que entre a realização dos leilões e o efetivo início da execução das obras sejam necessários alguns meses, haverá um efeito antecipado sobre o ânimo da sociedade, que começa a ver uma retomada dos investimentos na infraestrutura. O ambiente de negócios tende a melhorar, com a compreensão de que o setor privado não depende de benesses, mas sim de condições isonômicas para competir em leilões bem projetados para atender às carências atuais e sustentar os investimentos na qualidade dos serviços.

Não há no Brasil, hoje, disponibilidade de mão de obra. Temos uma situação muito próxima do pleno emprego, de forma que o crescimento tem de se realizar pelo aumento da produtividade da força de trabalho. Significa mais capital por unidade de mão de obra. O sucesso das concessões representa a transferência da gestão de um monopólio público para um monopólio privado, o que gera um aumento dramático da produtividade. É isso que faz a economia crescer.

Stédile: "o neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite" Léa Maria Aarão Reis – Site da Carta Maior, Política. 16/04/2014

Segundo a liderança mais expressiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, programa do governo de conciliação de classes "bateu no teto"

"A reforma agrária fixa o homem no campo e desfaveliza o país." É a ideia central, hoje, do discurso que, com perseverança, põe em prática há 35 anos, o fundador e uma das lideranças mais expressivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o economista gaúcho João Pedro Stédile, de 61 anos. Carismático, um dos pensadores de raiz marxista e dos ativistas de esquerda mais importantes do país, Stédile não hesita em dizer: "Perdeu-se a oportunidade histórica de fazer a chamada reforma agrária clássica no Brasil." Para ele, o importante agora é a luta resultante da aliança entre os trabalhadores do campo e os da cidade - os que farão a reforma agrária popular. E acrescenta: "A cidade grande é o inferno em vida para o camponês, pois sobra para ele a favela e a superexploração."

Gaúcho nascido na cidade de Lagoa Vermelha, região de agropecuária do nordeste do Rio Grande do Sul, nesta entrevista exclusiva a Carta Maior João Pedro relembra três datas seminais do MST, 17 de abril: o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária, o Dia Mundial da Luta Campesina e os 18 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, quando 1500 trabalhadores rurais foram brutalmente agredidos pela Polícia Militar do estado e 18 trabalhadores foram por ela assassinados. Privatizações de terras, de acesso aos minérios – do subsolo do país -, de águas, fontes naturais, lençóis freáticos, e até do ar da Amazônia estão na pauta da nossa conversa assim como o tema do agronegócio: "A mídia é a arma para protegê-lo e aos seus lucros," lembra o líder do MST.

Carta Maior: Quais as mudanças nas ações do MST a partir deste ano?

Stédile: A reflexão coletiva no MST e na Via Campesina Brasil é a de que, no passado, estava posto um programa de reforma agrária que visava resolver o problema de terra de trabalho, e ao mesmo tempo desenvolver as forças produtivas, o mercado interno para a indústria nacional e assim participava do processo de desenvolvimento nacional.

Esse tipo de reforma agrária ficou conhecido como reforma agrária clássica. Ele se realizava quando havia condições de uma aliança tácita entre os camponeses que precisavam de terra e a burguesia industrial, que precisava de mercado interno. No Brasil, chegamos mais próximo dessa possibilidade na crise da década de 60 quando o governo Goulart apresentou um projeto de reforma agrária clássica, que era também revolucionário para a época. Ele apresentou o projeto dia 13 de março e caiu dia 1 de abril. Mais tarde, esse programa poderia ainda ter sido implementado na redemocratização do país, no governo Tancredo, quando José Gomes da Silva, nosso maior especialista em reforma agrária clássica foi presidente do Incra. Ele preparou um plano que previa assentar 1,4 milhões de famílias em quatro anos. Apresentou ao Sarney dia 4 de outubro e caiu dia 13 de outubro de 85. Quando Lula chegou ao governo também imaginávamos que esse programa poderia ser retomado. Mas aí o contexto econômico e político já era outro. E a reforma agrária clássica ficou nas calendas.

CM: A reforma agrária clássica, então, não tem mais sentido aqui no Brasil? E o que é projetado no lugar dela para que se cumpra, enfim, a justiça social e econômica no campo?

Como eu disse: a reforma agrária clássica visava resolver a questão do trabalho no campo e o desenvolvimento industrial com mercado interno. Nos tempos atuais, o que hegemoniza o capitalismo é o capital financeiro e as empresas transnacionais que controlam o mercado mundial de alimentos. Para essa classe dominante não interessa mais reforma agrária, de nenhum tipo, pois eles não precisam de mercado interno, nem de camponeses, nem de indústria nacional. E por isso estão implementando um novo modelo de controle da produção agrícola pelo capital, que é o agronegócio.

O agronegócio representa os interesses apenas dos grandes proprietários de terra, do capital financeiro e das empresas transnacionais. Um modelo baseado na monocultura, em que cada fazenda se especializa num só produto como soja, cana, pastagens ou eucalipto. (No Brasil de agora, 80% de todas as terras se dedicam apenas a esses quatro cultivos.) Em lugar de usar mão-de-obra eles fazem uso intensivo de máquinas agrícolas e de venenos, ambos controlados pelas empresas transnacionais. Destroem o meio ambiente, pois o único objetivo é o lucro máximo. E estão completamente dependentes do capital financeiro, que adianta o crédito para que comprem os insumos das empresas transnacionais - e assim se fecha o ciclo.

Meia dúzia de empresas fica com o lucro, e o povo fica desempregado e com passivo ambiental, que já está afetando o clima até nas cidades. Por isso, não interessa mais reforma agrária clássica para a classe dominante atual. E ela está inviabilizada para os

camponeses. Então, nós temos levantado a tese da necessidade de lutar por um novo tipo de reforma agrária que chamamos de reforma agrária popular.

CM: O que você chama de "reforma agrária popular"?

Diante dessa nova realidade agrária, com o domínio do capital internacional e financeiro, fizemos um intenso debate dentro do MST que envolveu toda nossa militância, nossa base, intelectuais e professores, amigos, durante dois anos. E terminamos com a realização do evento do VI Congresso Nacional há menos de dois meses, em fevereiro deste ano onde aprovamos essa formulação da necessidade de uma reforma agrária popular.

Reforma agrária popular porque agora ela precisa atender não só as necessidades dos camponeses sem terra, que precisam trabalhar. Mas as necessidades de todo o povo. E o povo precisa de alimentos, alimentos saudáveis, sem venenos, precisa de emprego, precisa de desenvolvimento da agroindústria, precisa de educação e cultura. Então, o nosso programa de reforma agrária de novo tipo, parte da necessidade de democratização da propriedade da terra, fixando limites, e propõe a reorganização da produção agrícola, priorizando a produção de alimentos sem venenos. Para isso precisamos adotar e universalizar uma nova matriz tecnológica que é a agroecologia. E foi isso que pedimos ao Silvio Tendler para mostrar em seu novo documentário, *O veneno está na mesa 2*.

Como é possível e necessária a matriz da agroecologia para produzir alimentos saudáveis que beneficiam toda a população e evitam as enfermidades, sobretudo o câncer, provocado pelos alimentos contaminados por agrotóxicos. O Instituto Nacional do Câncer advertiu que, neste ano de 2014 teremos 526 mil novos casos de câncer entre os brasileiros. A maior parte deles de mama e de próstata. Precisamos uma reforma agrária que valorize a vida no interior, gerando emprego para jovens. E para isso propomos a implantação de milhares de pequenas agroindústrias na forma de cooperativas que vão dar emprego a milhões de jovens que precisam estudar. Propomos a democratização da educação para que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades sem sair do meio rural.

CM: Você tem denunciado que nesse modelo do agronegócio privatiza-se até o ar. Como é isso?

De fato, entre as características desse novo modelo do capital, é que este, agora mais poderoso, pois é dominado pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais, quando chega à agricultura, procura se apropriar de todos os recursos naturais para tirar lucro máximo.

Em períodos de crise capitalista no hemisfério norte, como o que estamos vivendo, essa necessidade deles aumenta, pois a apropriação privada dos recursos naturais, seja terra, minérios, água, energia elétrica, é fonte inesgotável de uma renda extraordinária, mais além da exploração do trabalho. Pois os recursos estão na natureza, e eles, ao se apropriarem desses recursos, colocam no mercado a preços bem acima do seu valor, medido pelo custo de produção.

Para isso, desde a implantação da hegemonia do neoliberalismo, foram impondo condicionamentos jurídicos, em todos os países do mundo, sob orientação dos Estados Unidos e dos organismos internacionais a seu serviço, como FMI, OMC, Banco Mundial, para garantir a propriedade privada de bens da natureza. Então, pela lei de patentes (aprovada em 1995), eles agora podem ser donos das sementes. Para isso fazem mudanças genéticas e dizem que é um novo ser vivo, transgênico, produzido em laboratório. Privatizaram as águas. Seja nos lençóis freáticos, seja nas fontes naturais. Privatizaram o acesso aos minérios.

CM: As riquezas do subsolo do país, propriedade da população e que deveriam estar a serviço do povo não escaparam desse processo de espoliação.

O Brasil concedeu, nos últimos anos, sob a gestão da velha Arena, que até hoje não largou a teta do Ministério de Minas e Energia, mais de oito mil licenças de mineração no nosso subsolo para empresas privadas que deveriam estar a serviço de todo povo. E agora, como você disse, estão tentando privatizar o oxigênio produzido pelas florestas nativas. Medem pelo GPS a quantidade de oxigênio produzido pelas florestas, emitem um documento que estabelece certo valor e isso se converte em dólares como crédito de carbono que é vendido na Europa para as empresas poluidoras se justificar e assim continuarem poluindo. Aqui, no Brasil, até a empresa Natura está praticando isso.

CM: Como agem as transnacionais dessa área no Brasil, hoje?

Para se ter uma ideia, por outro lado, em termos de valores, da crise mundial de 2008 para cá entraram no Brasil mais de 200 bilhões de dólares que foram aplicados em recursos naturais. Somente no setor sucroalcooleiro, que era propriedade da tradicional burguesia nacional, agora apenas três empresas transnacionais (Cargill, ADM e Bunge) controlam mais de 50% de todo setor.

CM: Muito importante você enfatizar estes temas: mudança de parâmetros da agricultura no país e uma agricultura voltada para a produção de alimentos. Quais os novos parâmetros?

Nossa análise coletiva considera que a organização da produção de alimentos e dos produtos agrícolas tem que estar submetida a outros parâmetros. Os capitalistas, com seu modelo do agronegócio, fundam sua ação baseados apenas no paradigma da produção de mercadorias para o mercado mundial, na busca incessante do lucro máximo, do aumento da produtividade do trabalho e da produtividade física de cada palmo de terra.

Nós queremos reorganizá-la baseada em outros parâmetros. Baseados na história da civilização que sempre viu os alimentos como um bem - e não como mercadoria. Visão de que todos os seres humanos têm direito a se alimentar. Na produção agrícola em equilíbrio com a natureza, e não contra ela. E, sobretudo, organizando a produção para dê trabalho para as pessoas, para que elas tenham renda e possam viver em boas condições e felizes, no interior, sem cair na ilusão de que somente serão felizes se

vierem para a cidade grande. Cidade grande é o inferno em vida para o camponês. Pois sobra para ele apenas a favela e a superexploração.

CM: Mas e a bancada ruralista, com trânsito livre nos palácios de Brasília... e o agronegócio - não aceitam esses parâmetros...

Claro, eles são os porta-vozes da classe dominante. Os capitalistas, para manterem seus altos lucros no campo espoliam a natureza e expulsam o povo do interior e se protegem num estado burguês, que é o estado brasileiro. Protegem-se fazendo leis apenas para seus interesses, como fizeram nas mudanças do código florestal etc. Protegem-se com o seu poder judiciário que é o poder ainda monárquico, que inviabiliza as desapropriações para reforma agrária, que impede a legalização das terras indígenas e de quilombolas, que impede inclusive as desapropriações das fazendas com trabalho escravo, como determina a Constituição - mas que eles não cumprem.

E tudo isso é respaldado pela mídia televisiva, sobretudo a Globo, a Bandeirantes, SBT, que manipulam todos os dias o nosso povo para lhes dizer que o agronegócio é a única solução. Que o agronegócio é que sustenta o Brasil, quando é justamente o contrário. A mídia é a arma ideológica para proteger o agronegócio e seus lucros.

CM: Como se dará a mudança do foco das ações, deslocado para o urbano? Como é esta aliança do MST com as cidades?

O nosso programa de reforma agrária popular implica agora em envolver todo o povo, pois ela não interessa apenas aos sem-terra. E, portanto, temos que explicar ao povo, à classe trabalhadora que a reforma agrária é necessária para ele se alimentar melhor, de forma sadia, sem venenos. Que o programa de agroindústrias vai dar emprego, que universalizar a educação no interior vai gerar milhões de empregos para educadores etc.

Esta aliança vai se fazendo através da construção de uma consciência coletiva de todas as classes trabalhadoras. Por um plano de lutas conjunto que envolva a todos na luta por mudanças sociais. E, sobretudo, num programa político de mudanças para o país que unifica todos os setores da classe trabalhadora da cidade e do campo.

Tudo isso leva tempo, exige energias, mas é o caminho para construirmos verdadeiras mudanças na cidade e na agricultura. Para isso teremos que travar muitas batalhas, passar por muitos "pedágios" que a classe dominante vai nos impor.

CM: E as cidades? A cidade virou um grande negócio que alija os mais pobres cada vez mais para os seus confins. Mas como mudar isto?

Os territórios urbanos, as cidades e suas periferias também estão sendo vítimas desse modelo do grande capital que igualmente quer a renda extraordinária nas cidades, conquistada através da especulação sobre os preços dos prédios, dos terrenos, dos espaços urbanos. A diferença entre o valor real de uma casa, de uma praça, de um prédio, e o preço de mercado, que eles impõem, é que representa a renda da qual eles se apropriam e que toda sociedade acaba pagando.

Pior, os trabalhadores acabam sendo expulsos para as periferias de uma maneira permanente, e ali os transportes públicos não chegam. Ou foram privatizados. Ou são caríssimos. Por isso, a bandeira de luta de tarifa zero para os transportes públicos em todas as grandes cidades é mais do que justo e é necessária.

A par de tudo isso, como tem defendido nossa querida professora Ermínia Maricato, somente uma grande reforma urbana que devolva ao povo o direito de usar a sua cidade. As cidades foram usurpadas do povo, e agora pertencem apenas aos especuladores, aos bancos e à indústria automobilística.

CM: O mais recente governo do PT foi decepcionante?

Os governos Lula e Dilma não foram governos do PT, nem da classe trabalhadora. Foram governos de composição de classe, que gerou um programa de governo do neodesenvolvimentismo, que se propunha a fazer a economia crescer, distribuir renda e retomar o papel do estado suplantando o mercado (dos tempos do neoliberalismo). Nesse sentido eles cumpriram o programa, e nesse programa todas as classes ganharam um pouco, sendo que, como diz o próprio Lula, os banqueiros foram os que mais ganharam.

Mas esse programa e essa composição de classes, na opinião dos movimentos sociais, bateram no teto. E agora já não conseguem mais resolver os problemas fundamentais do povo que ainda padece com falta de moradia digna, emprego qualificado, acesso à universidade, e transporte público civilizado. As manifestações do ano passado foram o sinal de que o modelo do neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite.

E como disse antes, espero que os setores organizados da classe trabalhadora construam um programa unitário de mudanças, e retomem a iniciativa das mobilizações de massa. Isso permitiria termos, no futuro, governos também populares, que possam fazer as mudanças estruturais de que precisamos. Por ora, os movimentos sociais de todo país construíram uma unidade em torno da necessidade de uma reforma política que devolva ao povo a soberania para escolher seus representantes.

Já que, no regime atual, as empresas sequestraram as eleições. Veja: segundo o TSE, em torno de 2262 empresas gastaram mais de 4,6 bilhões de reais, nas últimas duas eleições sendo que 80% desses recursos foram de apenas 117 empresas. Ou seja, o novo colégio eleitoral que decide quem deve ser eleito, são essas 117 empresas que usam o dinheiro para elegê-los. Isso precisa mudar, para salvar uma democracia frágil e capenga. Então, a necessidade urgente de uma reforma política. Para tanto, será necessário convocar uma assembléia constituinte soberana (na forma de ser eleita) exclusiva para essas mudanças.

CM: Mas a força do MST está intacta - ou não? Vinte mil trabalhadores foram protestar defronte do Planalto, dois meses atrás. Acabaram sendo recebidos pela Presidenta Dilma.

O MST é uma pequena parcela do conjunto das forças populares do povo brasileiro. Nós temos procurado nos manter unidos, resistindo à avalanche do capital e mantendo nossos projetos de mudança. Outros setores da classe, influenciados pela pequena burguesia ou pela mídia, foram derrotados em seus projetos. Levamos nossos 15 mil militantes ao VI Congresso, como um espaço de unidade e de celebração de nossa mística da mudança. Por isso, fomos recebidos pela Presidenta, e apresentamos nossas idéias, sem ilusões. As mudanças não vêm de palácios; vêm das ruas e de um povo consciente e organizado; sempre foi assim na história da humanidade. E nós vamos seguir esse caminho.

CM: Esta semana, dia 17 de abril, mais uma vez é lembrada a data dos 18 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 1500 trabalhadores sem terra foram brutalmente agredidos pela Polícia Militar do Pará e 18 deles cruelmente assassinados por agentes daquela PM. Como está a situação do processo de punição dos policiais que participaram da ação criminosa? Como o MST está agindo sobre o assunto?

Nunca mais poderemos esquecer aquele 17 de abril de 1996, sendo presidente Fernando Henrique, quando a Polícia Militar do Pará, financiada pela empresa Vale, assassinou cruelmente 19 companheiros nossos. Posteriormente, outros dois vieram a falecer e há ainda até hoje 69 feridos, com sequelas graves.

O processo judicial se arrasta até os nossos dias. Apenas os dois comandantes foram condenados a mais de 200 anos de prisão. Porém apelaram, e estão em prisão domiciliar num quartel da PM de Belém, em apartamentos com todas as regalias de oficiais. Tradicionalmente, todos os anos repetimos, no mesmo local, um grande acampamento com a nossa juventude do MST da regional amazônica, para que os nossos jovens não se esqueçam, e ajudem a lutar por justiça e por reforma agrária.

Em todo Brasil vamos fazer manifestações, cultos ecumênicos, e protestar perante o poder judiciário, que protege descaradamente apenas os interesses dos ricos e fazendeiros do país. Entre as suas reformas estruturais, o Brasil precisa de uma reforma do judiciário que democratize e coloque esse poder sob controle da sociedade. Haja visto como se comporta o imperador Joaquim Barbosa, com suas estripulias, megalomanias e diárias em tempos de férias. Ainda bem que ele comprou um apartamento em Miami, e imagino que seu sonho é ir morar lá...

Em todo mundo, nos mais de cem países em que a Via Campesina está organizada haverá manifestações, pois esse dia 17 de abril foi declarado Dia Mundial da luta camponesa. E até aqui no Brasil, envergonhado, no último ano de seu governo, FHC assinou um decreto, declarando o dia 17 de abril, Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Então, nesse dia, é até legal você lutar pela reforma agrária.

Irregularidades e violações de direitos humanos cometidas pela Vale são denunciadas pela Articulação dos Atingidos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/04/2014

A Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale apresentou no último dia 17 um panorama das violações de direitos humanos e ambientais cometidas pela mineradora em todos os seus empreendimentos. Foi mostrado como a empresa vem investindo seu dinheiro de forma irresponsável no Brasil e em países como Peru, Moçambique e Canadá.

(Fonte: Justiça Global)

Somente no caso da mina de Carajás, são US\$ 19,5 bilhões previstos na ampliação da exploração do minério de ferro, cuja cadeia produtiva causou dezenas de mortes no Pará e no Maranhão. O projeto, porém, pode ser paralisado a qualquer momento, por burlar o licenciamento ambiental. Em coletiva realizada no último dia 17 no Rio de Janeiro também foi relatado como a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), na Zona Oeste do Rio, da qual a Vale é acionista, opera ilegalmente no Rio de Janeiro desde 10 de abril, entre outros casos.

As informações foram divulgadas nesta data por ser o mesmo dia em que a mineradora faz sua assembleia de acionistas, na qual tenta passar a imagem de que é uma empresa com preocupação social e ambiental. Há cinco anos, a Articulação Internacional participa dessa reunião para tornar públicas as denúncias, mostrando aos investidores os crimes cometidos pela empresa. Além disso, foi lançada uma contrapropaganda para desmascarar a nova campanha da Vale na mídia. Veja abaixo as informações:

TKCSA - Sem nunca ter obtido o licenciamento para funcionamento, a Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) opera na ilegalidade desde o dia 10 de abril, quando venceu o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). A empresa vem tentando de todas as formas conseguir a licença de operação, embora continue sem cumprir as determinações da legislação ambiental. “A usina vem causando danos graves ao Rio de Janeiro, elevando em 76% a emissão de gás carbônico (CO2) de toda a cidade, além de ter destruído cerca de 8 mil postos de trabalho gerados pela pesca na Baía de Sepetiba. Há também a chuva de prata que continua a cair em Santa Cruz e a causar problemas de saúde e mortes de moradores da região”, disse a economista Sandra Quintella, do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

CARAJÁS – O projeto de ampliação da produção de ferro da mina e de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) é o maior investimento da Vale no mundo. Para conseguir realizar a obra, a Vale fragmentou o licenciamento ambiental da ferrovia, pedindo autorizações diferentes para cada trecho. Essa trapaça já foi denunciada na Justiça, que concedeu uma liminar que suspendeu a obra por 45 dias em 2012, e que pode vir a paralisá-la permanentemente. ” A Vale vem descumprindo algumas das condicionantes dessas licenças, como por exemplo a Licença de Instalação 895,

expedida pelo Ibama em 2 de dezembro de 2013. Ela impôs um prazo de 60 dias para a Vale apresentar estudo de frequências das composições ferroviárias, estudo de tráfego e mapeamento atualizado das comunidades vizinhas à ferrovia. De lá pra cá se passaram mais de quatro meses e os estudos até o momento não foram apresentados. Existe a necessidade de construção de travessias seguras de um lado para o outro da ferrovia, que segue causando sucessivas mortes de pessoas por atropelamento pelo trem”, explicou o advogado Danilo Chammas, da rede Justiça nos Trilhos.

PIQUIÁ DE BAIXO – A atividade siderúrgica a serviço da Vale em Piquiá de Baixo, bairro em Açailândia (MA), gera graves problemas de saúde nas mais de 300 famílias que ali vivem. São cinco usinas que processam o ferro da mineradora, jogando no ar uma fumaça tóxica que provoca mortes constantemente. A última vítima foi a dona de casa Deucivânia Oliveira Lima, de 32 anos, falecida no dia 18 de março por embolismo pulmonar, deixando três filhos. A professora Joselma Alves de Oliveira, de 36 anos, nascida e criada em Piquiá, conta que os moradores agora lutam para serem reassentados em outro local: “Há muita gente adoecendo aqui. Não há mais condições. Estamos lutando agora para que todo o bairro seja reassentado em outro lugar de Açailândia. Já conseguimos responsabilizar as cinco siderúrgicas locais que trabalham para a mineradora por isso, mas a Vale afirma que não tem responsabilidade, apesar de toda essa poluição só existir por causa dela”.

PERU - No dia 12 de novembro de 2013, a Vale foi multada pela contaminação do ar provocada por falhas no processo de carregamento de fosfato no porto que a empresa possui na Baía de Sechura, na província peruana de Piura. A multa no valor de em 370 mil soles (US\$ 132 mil ou R\$ 309 mil) foi imposta pelo Órgão de Avaliação e Fiscalização Ambiental do Estado Peruano.

“No Estudo de Impacto Ambiental, a Vale prometeu que a infraestrutura portuária eliminaria a possibilidade de que o concentrado fosse arrastado pelo vento nas operações de carregamento dos navios. No entanto, segundo os operários da Petroperu, que trabalham no porto vizinho ao da Vale, o pó em suspensão resultante das operações de embarque de fosfato afeta a saúde e o ambiente de trabalho”, explica a pesquisadora da Justiça Global Melisanda Trentin, acrescentando que a Vale também está sendo denunciada pelos pescadores de Piura por causa da contaminação do mar pelo fosfato, que está destruindo o ecossistema e a economia local.

MOÇAMBIQUE - Em janeiro deste ano, após quatro anos de críticas e protestos dos moçambicanos, a Vale afirmou que ia indenizar os moradores de Moatize, na província de Tete, que tiveram suas casas destruídas pela Vale por causa de uma mina de carvão. Apesar das declarações dadas à imprensa, os moradores de lá até hoje não foram nem ao menos procurados para falar do pagamento, informa a Liga Moçambicana de Direitos Humanos. Essa população foi reassentada em casas de péssima qualidade em regiões impróprias para a agricultura – sua fonte de subsistência.

ESPIONAGEM - Em março de 2013, por meio da denúncia de um ex-funcionário, veio à tona a existência de um esquema de espionagem operado ilegalmente pela Vale. Esse

dito setor de inteligência seria destinado a monitorar movimentos sociais como o Xingu Vivo para Sempre, o MST e a rede Justiça nos Trilhos. Para isso, a mineradora teve acesso a informações do INFOSEG e da Receita Federal, que só o Estado pode ter, além de infiltrar espiões em reuniões e encontros. “A empresa afirmou que ia fazer uma investigação e se posicionar publicamente sobre o caso, mas isso não ocorreu. Assim como também não há informações de que ela abandonou esse tipo de prática”, explicou o pesquisador Gabriel Strautman, da Justiça Global.

CANADÁ – A falta de segurança nas operações de cobre em Sudbury, no Canadá, levaram a quarta morte de um operário em menos de três anos. O último foi Paul Rochette, de 36 anos, que teve traumatismo craniano dentro das instalações de Copper Cliff.

CONTRAPROPAGANDA - Veja a campanha de contrapropaganda preparada pela Articulação Internacional para mostrar os verdadeiros valores que a Vale defende: Veja na página dos Atingidos pela Vale

Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

Trabalhador rural sob risco. Antonio José de Barros Levenhagen – O Globo, Opinião. 27/04/2014

Zelar pela saúde dos empregados mostra-se menos oneroso tanto para o empregador quanto para a sociedade

A Constituição de 1988, como se vislumbrasse os desafios supervenientes à globalização, ao neoliberalismo, à sociedade pós-industrial e à revolução tecnológica, outorgou nova estatura à autonomia privada coletiva nas negociações, realçando o pluralismo jurídico e o papel dos sindicatos, deu-lhes prioridade como interlocutores no diálogo institucional, com o declarado propósito de que eles próprios pudessem

disciplinar as relações de trabalho, no âmbito das categorias profissional e econômica. Embora muito se tenha melhorado ao longo desses anos, muito ainda há de ser feito para que se prossiga na concretização do comando constitucional do pleno emprego.

A despeito de a função precípua do Tribunal Superior do Trabalho, como órgão integrante do Poder Judiciário, consistir na uniformização da jurisprudência e na preservação da integridade do direito infraconstitucional, busca-se, a cada ano, destacar segmentos profissionais e suas condições de trabalho para conscientização da sociedade.

Se, em anos anteriores, deu-se enfoque à segurança do trabalho na construção civil e à segurança do trabalho dos caminhoneiros, agora, ao longo do ano de 2014, pretende-se dar a devida ênfase ao trabalho rural, tão negligenciado na sua incontestável importância social e econômica.

Nesse viés, apesar de a Constituição estabelecer isonomia de direitos entre os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos, os fatos corriqueiros e que lhe são pertinentes demonstram persistir entre eles grave e indesejada desigualdade.

A mecanização, que representa um incremento para a produção, impulsionando o esperado progresso da atividade agropastoril, importa também a diminuição de postos de trabalho, que não raro acarreta o êxodo rural, inclusive com o aviltamento da remuneração dos trabalhadores, desestimulando-os sobremaneira na luta por melhores condições de trabalho.

No caso do trabalhador safrista, a situação é ainda pior. O empregado tem que produzir em larga escala para ter remuneração minimamente razoável, o que redundará em jornadas exaustivas, desenvolvidas sob as mais variadas intempéries climáticas, colocando-os em condição de extrema vulnerabilidade à ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Os infortúnios do trabalho, a par de implicar constante afastamento, mesmo que provisoriamente, da atividade laboral, não raro podem representar o fim da vida produtiva do trabalhador rural, plasmando no corpo e na alma sequelas duradouras e de difícil superação. Zelar pela saúde dos trabalhadores, em geral, e dos empregados rurais, em particular, mostra-se menos oneroso tanto para o empregador, quanto para toda a sociedade.

Estatísticas do Ministério da Previdência Social demonstram que, em 2011, foram registrados 711.164 acidentes e doenças do trabalho, entre os trabalhadores assegurados da Previdência Social, excluídos os trabalhadores autônomos e os domésticos.

Daí a razão de a principal preocupação do Tribunal Superior do Trabalho e, de resto, de todo o Judiciário do Trabalho, ser difundir perante a sociedade brasileira, sob os auspícios do regime republicano, a inafastável importância e irrefutável atualidade da cultura da prevenção dos acidentes de trabalho e das doenças ocupacionais.

Para que o trabalhador desempenhe as suas funções com segurança e em ambiente saudável, contribuindo para o crescimento da empresa e para o fortalecimento da sociedade, sob o prisma inamovível do bem comum, a prevenção é o melhor caminho.

MPF oferece seis denúncias por trabalho escravo em fazendas do noroeste de Minas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/04/2014

269 trabalhadores, alguns deles menores de idade, foram submetidos a condições degradantes. Em uma fazenda, foram alojados em um curral; em outros, a água para beber provinha da mesma fonte onde se banhavam.

(Fonte: MPF)

O Ministério Público Federal em Paracatu, em Minas Gerais, ofereceu seis denúncias por trabalho escravo contra proprietários, administradores e intermediadores de mão-de-obra de quatro fazendas e duas destilarias localizadas em municípios do noroeste de Minas Gerais.

14 pessoas foram denunciadas pelo crime de redução à condição análoga a de escravo. Alguns acusados ainda irão responder por aliciamento de trabalhadores de um local a outro do território nacional e por fraude da legislação trabalhista.

Os fatos ocorreram entre os anos de 2008 e 2011. Em todos os casos, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encontraram trabalhadores submetidos a condições degradantes, como ausência de local adequado para refeições; falta de camas, colchões, lençóis e cobertores; inexistência de instalações sanitárias e de água potável para beber, cozinhar e se banhar. Jornadas exaustivas, sem descanso semanal, e falta de registro nas carteiras de trabalho também eram comuns.

Na Fazenda Almas, zona rural de Uruana de Minas (MG), 12 trabalhadores, entre eles um menor de idade, foram aliciados nos municípios de Brasília de Minas, São Francisco e Ubaí, norte de Minas Gerais, para trabalharem no corte de capim para a produção de sementes.

Lá chegando, os trabalhadores foram instalados em um curral e em barracas de lona plástica. No curral, havia fezes de animais, e o mau cheiro somava-se ao frio intenso durante a noite, o que era agravado pela ausência de roupas de cama e cobertores. Os 66 contratados pela Fazenda Capão ou Lages, no município de João Pinheiro, onde funcionava a frente de trabalho da Destilaria Rio do Cachimbo, também não receberam roupas de cama e cobertores.

Situação ainda pior foi imposta aos 15 trabalhadores (dois menores de idade) da Fazenda Fetal, no município de Buritis: eles dormiam no chão ou em “camas” improvisadas com sacos vazios de ração animal.

Na Fazenda Guariroba, em Paracatu, a cama foi improvisada com ripas e uma pequena espuma servia de colchão. O alojamento era feito de lona com pedaços de madeira cercando as laterais.

Camas também não eram fornecidas na Fazenda Mãe Lourdes, em Buritis, onde foram resgatados cinco trabalhadores.

Falta de instalações sanitárias – Em nenhuma das propriedades havia instalações sanitárias e os empregados eram obrigados a satisfazer suas necessidades fisiológicas no mato, a céu aberto, sem qualquer privacidade.

Chuveiros também não existiam na maioria delas. Na Fazenda Almas, os trabalhadores tomavam banho em um lago próximo ao alojamento, local de onde também retiravam a água para beber, que era acondicionada em recipientes plásticos com sabor e cheiro de combustível.

Pela mesma situação passavam os trabalhadores das Fazendas Mãe Lourdes e Guariroba, que utilizavam a água de cursos d'água próximos ao alojamento para beber, tomar banho, lavar roupas e cozinhar.

Também não havia local adequado para refeições. Em alguns casos, os empregados comiam na própria roça, sentados no chão, ao ar livre. Nos dias chuvosos, tinham que esperar a chuva passar para almoçarem, pois não havia cobertura onde se abrigar.

Na Fazenda da Destilaria Rio do Cachimbo, os trabalhadores que não levavam suas marmitas tinham de pagar R\$ 240 mensais pela alimentação.

Falta de registro – Outra ocorrência comum era a falta de registro nas carteiras de trabalho e a frustração de direitos trabalhistas, como o direito ao descanso semanal remunerado. Em alguns casos, as carteiras eram retidas durante todo o período da prestação do serviço.

Nas fazendas pertencentes à Destilaria Vale de Paracatu-AgroenergiaLtda, os 170 empregados cumpriam de 13 a 15 horas diárias, com um único intervalo de 20 a 30 minutos. Por isso, segundo a denúncia do MPF, os registros dos horários de entrada, saída e períodos de repouso não refletiam a jornada efetivamente laborada.

A Fazenda Fetal, dedicada ao desgalho do cerrado e plantio de eucaliptos, só efetuava o pagamento dos trabalhadores ao final do vínculo empregatício. Com isso, muitos deles passaram mais de três meses sem receber salário.

Outra irregularidade apontada pelas denúncias do Ministério Público Federal diz respeito ao não fornecimento de equipamentos de proteção individual aos empregados, que atuavam em atividades sujeitas a graves riscos, como o corte de cana. Além disso, também não havia qualquer proteção quanto ao uso de agrotóxicos. Na Fazenda Fetal, esses produtos ficavam armazenados ao lado de um dos alojamentos.

As investigações também detectaram outro tipo de fraude praticada contra os trabalhadores e contra a União pela Destilaria Rio do Cachimbo: por ocasião do acerto, ao final do contrato de trabalho, os administradores induziam os empregados a entregar parte da verba rescisória a que estes tinham direito, referente ao seguro-desemprego, ao aviso prévio e/ou à multa do FGTS, sob ameaça de não serem contratados para outras safras. Em razão dessa conduta, os denunciados irão responder também pelo crime de estelionato, com pena que pode ir de 1 a mais de 6 anos de prisão.

O crime de redução à condição análoga a de escravo tem pena que vai de 2 a 8 anos, podendo ser aumentada de metade quando é praticado contra menores de idade. O aliciamento de trabalhadores tem pena prevista de 1 a 3 anos.

CONTAG discute Habitação Rural com o ministro Gilberto Carvalho – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/04/2014

Na tarde desta quarta-feira, a CONTAG, junto a outros movimentos sociais, se reuniu com o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e representantes dos Ministérios de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) para discutir questões importantes do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A principal questão do tema é a contratação de unidades habitacionais rurais até o final do ano. A expectativa da CONTAG e dos demais movimentos, diante das demandas da base, é de 100 mil contratações. Porém, o governo sinalizou, inicialmente, apenas 40 mil contratações.

Como resultado de conversas anteriores, nesta reunião o MPOG anunciou liberação de recursos para mais 20 mil, chegando a 60 mil contratações, e também comunicou que as contratações, que até o momento estavam suspensas por falta de recursos, voltarão a acontecer nos próximos dias.

Apesar da meta do anúncio não estar de acordo com a meta dos movimentos, o presidente da CONTAG, Alberto Broch, avalia a reunião como importante, e afirma o prosseguimento da negociação: “Não conseguimos tudo que queríamos, mas diante da abertura do governo, vamos continuar essa discussão, a fim de aumentarmos ainda mais o número de contratações do PNHR”, diz

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa